DOI: 10.5216/hr.v17i1.21685

As ideias de objetividade e verdade sobre o passado presente no pensamento histórico dos jovens a partir das histórias em quadrinhos*

*Marcelo Fronza***
fronzam34@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho procurou verificar como os jovens estudantes brasileiros de duas escolas — uma pública, outra particular — de ensino médio compreendem as ideias de objetividade e verdade a partir das histórias em quadrinhos. Para isso, foram abordadas as investigações sobre objetividade histórica por meio das investigações de Peter Lee e Rosalyn Ashby (LEE e ASHBY, 2000; LEE, 2006) e Isabel Barca (2000) e as considerações teóricas de filósofos da História (DRAY, 1969, 1980, WALSH, 1979; BEHAN McCULLAGH, 1984, 1998, MARTIN, 1989, 1993; RÜSEN, 2001). Utilizando um instrumento de pesquisa foram usados fragmentos de duas histórias em quadrinhos sobre a Independência do Brasil, as quais foram postas em confronto (DINIZ, EDER, 2008, p. 41-45 e PAIVA, SCHWARCZ, 1995, p. 5-9). Portanto, procurou-se verificar se estes jovens utilizam ideias de objetividade histórica quando estão em contado com as narrativas históricas gráficas e se isso ajudar a desenvolver o pensamento histórico objetivo desses sujeitos.

Palavras-chave: Educação Histórica, Objetividade e verdade históricas, Histórias em quadrinhos.

Introdução

Tendo como objetivo investigar como as histórias em quadrinhos propiciam uma relação com o conhecimento histórico e a maneira pela qual os jovens estudantes brasileiros de ensino médio vêem a objetividade e a verdade históricas, busquei compreender como as pesquisas desenvolvidas na Educação Histórica estão se apropriando destes artefatos culturais para entender como o passado está presente nas ideias históricas destes sujeitos.

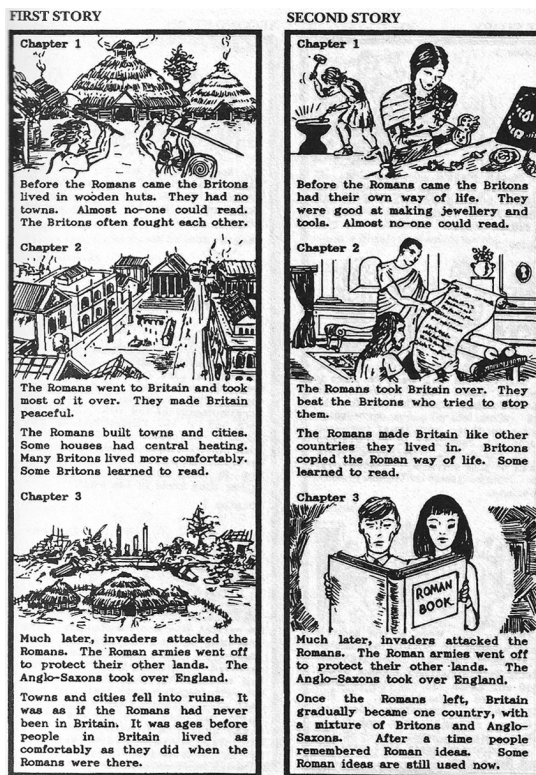
---

* Uma primeira versão dessa pesquisa foi apresentada no V Simpósio Internacional de História – Culturas e Identidades – ANPUH/GO, realizado na UFG em 2011.

** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná, pertencente ao Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH-UFPR). Endereço: Rua Santa Rita Durão, 440, Bairro São Lourenço, CEP 82210-060, Curitiba-PR, Brasil. Na época da produção deste artigo eu era bolsista CAPES – Proc. nº 0379/11-5. Capes Foundation, Ministry of Education of Brazil, Box Code 250, Code 70040-020, Brasília – DF, Brazil. Orientadora: Profª. Drª. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt. Estágio PDEE/CAPES realizado em Kulturwissenschaftliches Institut (Institute For Advanced Study in the Humanities) – Essen. Co-orientador: Prof. Dr. Jörn Rüsen.

Recebido em 13 de novembro de 2011
Aprovado em 08 de março de 2012

Para isso, dialoga-se aqui com as investigações dos historiadores ingleses Peter Lee e Rosalyn Ashby (2000) e Lee (2006) que se apropriaram de histórias em quadrinhos, as quais são compreendidas por eles como "relatos" e evidências que permitem a apreensão de algumas ideias de segunda ordem relativas a como as crianças e os jovens estudantes ingleses compreendem o passado. Esses historiadores trazem uma abordagem distinta das histórias em quadrinhos, pois em suas investigações não aborda os conceitos relativos à natureza da linguagem destes artefatos culturais. Ao contrário, os quadrinhos utilizados foram construídos especialmente para a pesquisa que desenvolveu. Com isso, afirma que os quadrinhos que utiliza são relatos fundamentais para que as crianças e os jovens compreendam as ideias históricas, principalmente no que se refere aos conceitos de segunda ordem como a evidência.

Figura 1

Tarefa 1.
LEE, Peter. Understanding History. In: SEIXAS, Peter (ed.). *Theorizing historical consciousness*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2006, p. 157.

As histórias em quadrinhos foram utilizadas como narrativas históricas em confronto, as quais tinham como finalidade permitir que os estudantes ingleses, a partir de três tarefas, confrontassem as mesmas narrativas. Estas narrativas abordam os seguintes temas: na primeira tarefa (Figura 1) as duas primeiras histórias em quadrinhos apresentam aspectos da vida material e cultural e ideias na relação entre bretões e romanos e buscam investigar as ideias sobre evidência histórica; a segunda tarefa apresenta dois quadrinhos que abordam a questão do fim do Império Romano e procuram saber questões relativas à multiperspectividade das interpretações; a terceira tarefa apresenta narrativas que representam a ocupação saxônica na Grã Bretanha e procura enfrentar a questão da veracidade destas narrativas, ou seja, se o que relatam, aconteceu ou não. (LEE e ASHBY, 2000, p. 204; LEE, 2006, p. 145-146).

Também se segue as ideias ligadas à investigação da historiadora portuguesa Isabel Barca (2000) sobre como com os jovens constroem explicações sobre o passado, pois é a primeira investigadora da Educação Histórica que aborda empiricamente as questões de objetividade e verdade históricas de jovens estudantes. No que diz respeito aos debates referentes aos conceitos de verdade e objetividade na pesquisa histórica Isabel Barca (2000, p. 68-69) aponta que existem duas controvérsias que delimitam seus marcos teóricos: a primeira se refere à "possibilidade de verdade no conhecimento histórico", ou seja, a discussão sobre se existe "um *acesso epistêmico* à realidade" ou se há um "*corte epistêmico*" entre o sujeito que conhece e a realidade que investiga. A segunda reforça a questão sobre quais são os critérios de avaliação e os significados relativos à objetividade histórica. Estas controvérsias definem os posicionamentos realistas, ceticistas e perspectivistas, os quais se articulam em concepções como a positivista, a subjetivista, a relativista e a objetivista.

Seguindo a vereda proposta por Isabel Barca (2000) dialoga-se com os filósofos da História Willian Dray (1969, 1980), W. H. Walsh (1978), C. Behan McCullagh (1984, 1998) e Raymond Martin (1989, 1993). Estes pesquisadores, principalmente Walsh e Martin, influenciaram diretamente o modo como foi construída a abordagem sobre a verdade e objetividade históricas porque propõem concepções que mais se aproximam das propostas de Jörn Rüsen (2001) referentes aos critérios de verdade das narrativas históricas. Rüsen (2001, p. 91-92) propõe que as narrativas históricas, em sua forma científica, estruturam a busca da verdade e fundamentam sua pretensão de validade e, portanto, objetividade, a partir de três critérios: 1) A pertinência empírica, onde os fatos narrados estão submetidos sobre o crivo da experiência do passado. 2) A pertinência normativa, quando os fatos narrados são

avaliados segundo significados e valores normativamente compartilhados. 3) A pertinência narrativa, onde a orientação de sentido entre as experiências do passado e as significações e valores normativos do presente, os quais são "apresentados em uma continuidade do fluxo temporal" através do narrar histórico, é submetida por critérios de sentidos (ideias históricas) ligados à vida prática dos sujeitos.

A pertinência narrativa, na abordagem do passado, está somente em um plano superior como uma operação do superávit intencional do agir humano no tempo. Esta interpretação fornece a possibilidade de estruturar formas de construtos narrativos que demarquem os perfis de ideias sobre verdade e objetividade históricas apresentadas pelos jovens ao lerem os quadrinhos.

Questões de investigação e metodologia de investigação

Este estudo privilegia os jovens de uma escola pública e uma particular de ensino médio, os quais são sujeitos que participam de uma estrutura de sentimentos própria de seu contexto sócio-histórico (WILLIAMS, 2003, p. 53-58). Nesta estrutura, estão inseridos artefatos culturais como as histórias em quadrinhos, que podem ser consideradas como vestígios relacionados a uma tradição seletiva produzida por uma cultura juvenil (HOBSBAWM, 1995). Neste processo histórico, os quadrinhos são elementos que permitem a estes sujeitos construir uma identidade juvenil.

Com o objetivo de compreender como se dá este processo, construí a seguinte hipótese para esta investigação: *As histórias em quadrinhos construídas dentro de critérios de sentido próprios à epistemologia da História possibilitam que as protonarrativas dos jovens estudantes de ensino médio se tornem construtos de narrativas históricas mais sofisticadas por meio da mobilização, por estes sujeitos, das ideias relativas à verdade e objetividade históricas.*

Essa mobilização das ideias de objetividade e verdade históricas deve ser realizada por meio do confronto entre histórias em quadrinhos compreendidas como evidências históricas (ASHBY, 2006; LEE e ASHBY, 2000). Este critério de evidência deve ser marcado pela confrontação de narrativas históricas gráficas (FRONZA, 2007) em que ambas apresentem a intencionalidade de uma função didática de orientação do sentido do agir histórico dos jovens estudantes. Desenvolvida a minha hipótese, apresentarei qual é a tese que orienta a minha investigação: *As histórias em quadrinhos propiciam uma relação com o conhecimento histórico não-ficcional sobre o passado e a*

maneira pela qual os jovens estudantes de ensino médio vêem a objetividade e a verdade históricas.

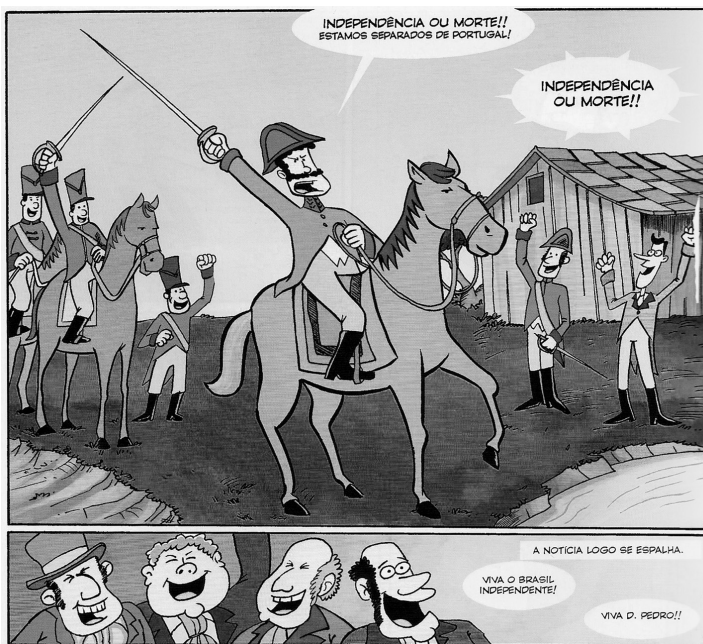
Por meio desta tese que propõe o diálogo entre o conhecimento histórico científico do passado e as possíveis ideias de objetividade e verdade históricas que os jovens estudantes do ensino médio conferem às histórias em quadrinhos, passo a indicar a seguinte questão de investigação: *Quais os significados que os jovens estudantes do ensino médio dão às ideias de objetividade e verdade históricas quando lêem histórias em quadrinhos?*

Para responder a esta questão escolhi como público alvo desta pesquisa 53 jovens estudantes, com 15 a 18 anos de idade, de duas turmas da segunda série do Ensino Médio de uma escola pública da rede estadual paranaense (29 jovens) e de uma escola particular (24 jovens) investigados em Curitiba, Brasil, nos dias 29 de março e 16 de abril de 2010, respectivamente. Escolhi a segunda série, pois é o momento da cultura escolar em que estes jovens têm contato com o conceito substantivo Independência do Brasil. Para isso, produzi um instrumento de investigação nos critérios metodológicos da pesquisa qualitativa, sustentadas no trabalho de Michelle Lessard-Hébert (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 2005). Busquei investigar os significados dados pelos sujeitos às ações e orientações da vida prática por eles realizadas. O instrumento de pesquisa em questão é um questionário de questões abertas e fechadas compreendido aqui como um estudo piloto (FRONZA, 2010, p. 150-164), o qual buscou diagnosticar como os jovens entendem a relação entre as histórias em quadrinhos e a objetividade histórica. Para isso, fiz uso de cinco páginas de duas histórias em quadrinhos, — a primeira produzida totalmente por quadrinistas (DINIZ, EDER, 2008, p. 41-45) e a segunda roteirizada por uma historiadora brasileira (PAIVA, SCHWARTCZ, 1995, p. 5-9) —, as quais foram postas em confronto. Estas histórias em quadrinhos têm a pretensão da abordar didaticamente, a partir de critérios historiográficos, a temática da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822.

Serão investigadas aqui as respostas dos jovens estudantes em relação a duas perguntas abertas sobre qual seria a melhor versão em quadrinhos e qual a menos confiável sobre a História sobre a Independência do Brasil (questões 13 e 14 do instrumento de investigação) (FRONZA, 2010, p. 110-121, 163). Estas questões foram inspiradas nas considerações teóricas de W. H. Walsh (1979) e Raymond Martin (1993), pois pretendem detectar os diferentes construtos de compreensão sobre a verdade nas narrativas históricas produzidas pelos jovens.

Principais resultados

Seguindo os critérios de Peter Lee (LEE e ASHBY, 2000; LEE, 2006) foram selecionadas duas histórias em quadrinhos que procuram evitar anacronismos em relação aos sujeitos às situações do passado representadas. O quadrinho da Versão A (Figura 2), **A Independência do Brasil** (DINIZ e EDER, 2008, p. 41-45), apresenta uma perspectiva muito próxima da concepção positivista e tradicional da História, pois não compreende esta experiência do passado a partir de interpretações diversas em relação à tradição historiográfica.

Figura 2

Versão A (somente uma página).
DINIZ, André; EDER, Antonio. *A Independência do Brasil*. São Paulo: Escala Editorial, 2008, p. 44.

Exatamente o oposto ocorre com a Versão B (Figura 3), **Da Colônia ao império: um Brasil pra inglês ver...** (PAIVA e SCHWARCZ, 1995, p. 5-9), porque o roteiro proposto pela historiadora Lilia Moritz Schwarcz apresenta interpretações que destoam das visões tradicionais da História. Isto porque problematiza a imagem referente ao Grito da Independência às conseqüências sociais da declaração de Independência do Brasil por D. Pedro I.

Figura 3

Versão B (somente uma página).
PAIVA, Miguel; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Da Colônia ao Império:* um Brasil para inglês ver e latifundiário nenhum botar defeito. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 9.

Compreende-se, então, nestas histórias em quadrinhos, que o fenômeno do anacronismo foi controlado pelas funções estética e cognitiva, agora voltadas para a cognição histórica, a qual pode, se bem trabalhado pelo professor, desenvolver nos jovens uma consciência histórica relativamente elaborada. Analisarei esse aspecto com mais detalhes nas narrativas produzidas por esses jovens.

Foi assim que os jovens responderam à questão se *"Você acha que uma das versões em quadrinhos pode ser considerada melhor do que a outra? Qual e por quê?"*

Eis as respostas dos que negaram a preferência por algum dos quadrinhos:

> Não. Uma só é mais resumida e a outra é mais complexa. (Felix – 17 anos).

Felix indica características superficiais para determinar a diferença, pois uma é mais complexa e a outra é resumida. Contudo, esta compreensão foi muito comum entre os jovens a partir de expressões como "uma é detalhada e a outra não", etc. Esta consideração pode interferir na escolha de outras histórias em quadrinhos para a produção de um futuro estudo final. Creio que estas informações podem ajudar na "afinação" do instrumento de investigação para esse estudo final.

> Não. Uma é de conteúdo histórico; e a outra, mais uma história de humor (Solano – 16 anos).
>
> As duas são boas, pois contam a história de maneiras diferentes (Juliana – 17 anos).
>
> Não. As duas têm sua base verdadeira. Uma acaba pela independência, a outra já conta os fatos que ocorreram depois. Cada qual com um objetivo, cumprindo-os bem (Iara – 16 anos).

Uma resposta mostrando um caminho diferente é a de Solano, pois ele compreende que a versão A se refere a um conteúdo histórico, enquanto a versão B é uma história de humor. Novamente, a função estética do humor dos quadrinhos foi um elemento a ser destacado. Juliana afirmou que as duas versões somente contam a história de modos diferentes, mas não explicita como se dá esta diferença. Mas a argumentação de Iara tem outro teor. Para ela, as versões são verdadeiras, mas apresentam objetivos diferentes, pois elas acabam de maneira e em momentos diferentes. Iara está se aproximando da concepção de multiperspectividade do conhecimento histórico porque ela não nega que as verdades sobre o mesmo tema podem seguir caminhos diferentes. O filósofo da História W. H. Walsh (1979, p. 109) já indicava que o perspectivismo histórico permite a convivência de concepções equivalentes, mas distintas.

> Não. Porque as duas querem transmitir a mesma mensagem (Francisco – 15 anos).

Francisco pensa que não existe uma versão melhor do que a outra porque comunicam a mesma mensagem. Aparentemente Francisco tende a apresentar uma concepção pautada num perspectivismo controlado pelas evidências fornecidas pelas fontes.

> Não, pois, na primeira, o modo que ela fala é melhor que o segundo; já os desenhos do segundo são muito melhores (Eugénie – 15 anos).
>
> Não, pois não temos certeza do que realmente aconteceu (Elizabeth – 16 anos).

Eugénie entende que há um equilíbrio entre as duas versões, pois, para ela, a primeira narra melhor do que a segunda, mas a versão B apresenta os melhores desenhos. Portanto, ela valorizou os elementos estéticos dos quadrinhos para contar a verdade. De outro teor é a resposta de Elizabeth. Isto porque ela propôs uma afirmação ligada à filosofia da História, qual seja, de que não se pode ter certeza do que realmente aconteceu no passado. A partir das considerações teóricas de W. H. Walsh (1979) pode-se pensar que esta jovem defende uma visão cética da História.

Agora é necessário analisar as respostas dos alunos que afirmaram que uma versão é melhor do que a outra.

> A versão B. Pois tem um contexto mais fora do conto de fadas em que é visto a Independência (Regis – 16 anos).

Uma das poucas respostas que defenderam que a versão B era melhor foi a de Regis, pois, considera ser a que foi mais bem contextualizada e, implicitamente, critica a versão A como "o conto de fadas em que é visto a Independência".

> Sim. A versão A encontra-se melhor, pois seus conteúdos estão mais elaborados e mais detalhados do que na versão B (Anita – 16 anos).
>
> Sim. A versão A, porque ela mostra detalhes e uma explicação convincente (Gregório – 16 anos).

Anita e Gregório, por sua vez, consideraram a versão A melhor porque revela mais detalhes da história. A primeira jovem afirmou que seus conteúdos são mais elaborados, enquanto o segundo entendeu que é a versão que melhor explica a história narrada. Gregório compreende que quanto mais detalhes a história narrada fornecer melhor é a explicação é melhor. Esta afirmação esta próxima da categoria "quanto mais fatores melhor" pertencente ao nível 3 de explicação histórica, descoberta por Isabel Barca (2000, p. 244). Esta concepção de verdade se pauta na ideia de que a cada fator incorporado em uma explicação, mais abrangente ela fica. Para o historiador australiano C. Behan McCullagh (1998, p. 19) um maior âmbito explicativo é um dos critérios que tornam uma interpretação mais provável.

> Sim. A versão A. Porque condiz melhor com a postura de uma 'autoridade' da época (Jati – 15 anos).
>
> Sim. A versão A. Porque é parecida com a história que aprendemos na escola (Tarsila – 16 anos).

> Eu acho que a versão A foi melhor porque foi contada seriamente, mas que também houve nas ilustrações e mais legal (sic.) (Maria Bárbara – 18 anos).

Com uma concepção completamente diferente, Jati, Tarsila e Maria Bárbara, cada uma a sua maneira, defendem uma relação entre a verdade histórica de uma narrativa e ideia de autoridade: Jati afirma taxativamente que a versão A condiz com a postura de autoridade que D. Pedro deveria ter em sua época; Tarsila defende que está ligada à autoridade da escola; e Maria Bárbara indica a autoridade da seriedade das ilustrações dos quadrinhos que compõem esta versão. É possível interpretar que essa espécie de observação revele uma concepção de que a verdade tenha que ser pautada na seriedade, seja da escola, a do poder de um período ou a do livro didático, em contraposição a uma verdade mais "risonha". Talvez a ideia de um despertar da razão histórica, proposta por pelo historiador alemão Jörn Rüsen (1997) inclua esta forma de conceber uma verdade alegre, tão evitada pela maioria dos jovens investigados aqui, mas vista com bons olhos por uma minoria deles.

> Sim. A (versão) A porque retrata a verdadeira história com poucas modificações (Tereza – 15 anos).
>
> Sim: A primeira (versão A), pelo fato de ser mais real, porém a (versão) B é bem engraçada (Narcisa – 16 anos).
>
> Sim. A (versão) B, pois é mais interessante mostrar o lado bonito, mesmo que mentiroso, dos acontecimentos (Mileva – 15 anos).

Mesmo defendendo versões diferentes, essas jovens utilizam argumentos parecidos com os da questão anterior. Tereza entende que a versão A "retrata a verdadeira história". Entenda-se por verdadeira, neste caso, como aquela recebida pela tradição (RÜSEN, 2001, p. 75) presente naquele momento do pensamento histórico dos sujeitos que ainda não refletiu na forma de uma narrativa histórica elaborada. Já Narcisa compreendeu que a versão A é mais real, mas, em compensação, a versão B é mais engraçada. Novamente ocorreu aqui o confronto entre uma noção de realidade histórica *versus* humor. Mileva revelou sua simpatia pela beleza dos acontecimentos históricos expressa pela história da versão B e mostrou-se interessada até pelos aspectos de falsidade. Pode-se interpretar a sua posição como valorizando a função estética desta narrativa histórica.

Outra questão também foi elaborada a partir da confrontação das duas histórias em quadrinhos: *"Você acha que alguma das versões em quadrinhos pode ser considerada menos confiável? Qual e por quê?"*

Serão mostradas agora as respostas dos estudantes que negaram que alguma história em quadrinhos é menos confiável.

> Não, pois as duas contam a mesma história praticamente do mesmo jeito (Davi – 15 anos).
>
> Não. Porque a versão A mais para o público jovem e a versão B, mais para o público infantil. Mas não é por isso que uma história vai ser menos confiável com a outra (Maria Bárbara – 18 anos).
>
> Não. É como eu já disse na questão acima não existe menos confiável. A única coisa é que a versão B explica um pouco menos (João – 15 anos).
>
> Nenhuma. Porque ninguém sabe bem ao certo o que aconteceu. Então, não dá pra dizer qual é a mais ou a menos confiável (Amaro – 15 anos).

Davi apresentou uma concepção muito voltada para a compreensão do passado como dado, pois afirma que as histórias são narradas do mesmo jeito (Lee, 2006). Já Maria Bárbara defendeu que ambas as versões são confiáveis, mas desenvolvem uma forma de comunicação com públicos diferentes, respectivamente. Esta jovem entendeu que a versão A é voltada mais para os jovens e a B é direcionada às crianças. Infelizmente, Maria Bárbara não revela o porquê desta resposta. João também acreditou que não existe nenhuma versão menos confiável. A diferença é que esta tem um menor âmbito explicativo. Por fim, Amaro utiliza o mesmo argumento que a jovem Elizabeth, da escola particular, ao escrever que não há como saber ao certo o que de fato aconteceu no passado. Como foi referido anteriormente, estes jovens apresentaram, portanto, uma compreensão cética do passado.

> Não. As duas falam da mesma coisa (Luiz – 16 anos).
>
> Não. Dá para perceber que ambas passam a história da independência (Isabel – 17 anos).

Luiz e Isabel comentaram que ambas as versões relatam a mesma história sobre a Independência do Brasil e a última estudante afirma que ambas comunicam bem essas experiências do passado.

> Nenhuma é menos confiável, eu não estava naquela época para saber como foi (Simão – 15 anos).

Contudo, Simão apresenta uma concepção relativista da História, pois afirma que não estava no passado para saber como foi que aconteceu. Sua

afirmação foi no sentido de que não existe um acesso epistêmico ao passado, aproximando-se, portanto, da categoria "o passado como inacessível" (LEE, 2006).

Serão apresentadas agora as respostas dos jovens que entenderam que existe uma versão menos confiável que a outra.

> Sim. A versão B, pois ela não mostra detalhes em sua história. Isso pode deixar muitas dúvidas em quem a ler (Gregório – 16 anos).
>
> A versão B, pois não bate com os acontecimentos dos relatos históricos (a não ser que no futuro descubram que não foi assim) (Solano – 16 anos).

Gregório mantém a sua posição, defendida em questão anterior, de que os detalhes são elementos fundamentais para a veracidade histórica de uma narrativa. Como a versão B é mais sintética que a A, ele pensa que quanto mais informações fatoriais têm uma narrativa mais verdadeira ela é. Solano também considerou a versão B menos confiável, mas por um motivo diferente: a história narrada não corresponde com os fatos presentes nos relatos históricos. Esta concepção pode aproximar-se da categoria "o passado como histórias determinadas" (LEE e ASHBY, 2000, p. 212; LEE, 2006, p. 154), pois sob esta perspectiva, as narrativas devem sempre estar correspondendo uma com a outra, caso contrário, ocorre a falsidade de informação em alguma das histórias.

> Sim. A (versão) A. Ele não iria ter aquelas atitudes de pular em cima da carta (Juliana – 17 anos).
>
> A versão A. Porque não se sabe ao certo se ele deitou para descansar e se tirou suas medalhas (Leda – 15 anos).
>
> Sim. A versão B. Porque parece que D. Pedro não se importava se haveria ou não independência (Tarsila – 16 anos).

Juliana e Leda, além de discordarem dos jovens anteriores, entenderam que a versão A é a menos confiável, porque existe uma falta de veracidade em relação às experiências do passado. Para Juliana, D. Pedro nunca pularia em cima da carta que recebeu e, para Leda, existe a dúvida se este personagem estava descansando junto ao rio, bem como se arrancou as próprias medalhas. Implicitamente, essas estudantes sugeriram que faltam evidências para provar que isso aconteceu. Já Tarsila criticou a versão B, porque se incomodou com a pouca importância dada por D. Pedro em relação á própria Independência. Ficou claro que essa jovem discordou da interpretação histórica da autora

da história em quadrinhos, pois conforme sua resposta na questão anterior, não condiz com o que ela aprendeu na escola.

> As duas não são totalmente confiáveis, pois há personagens inexistentes na realidade (Elza – 17 anos).

Elza é uma das quatro jovens para quem as duas versões não são confiáveis. No caso desta jovem, por causa de informações falsas, ou seja, apresentam personagens que nunca existiram. Essa estudante indicou a possibilidade de que alguns personagens que aparecem nos quadrinhos são fictícios, em relação aos relatos históricos sobre a Independência do Brasil que ela conhece.

> Sim. A (versão) B porque todos já sabíamos o que iria acontecer (Tereza – 15 anos).
>
> A (versão) B, pois ele (D. Pedro I) tinha de ter uma justificativa para estar proclamando a independência (Elizabeth – 16 anos).

Tereza e Elizabeth entenderam que a versão B é menos confiável por causa de problemas epistemológicos com as ideias substantivas presentes nesse quadrinho. Tereza aponta "que todos já sabíamos o que iria acontecer". Possivelmente essa estudante estava afirmando que, no presente, conhecemos já as conseqüências advindas da declaração de Independência e que o relato histórico desta versão é, talvez, redundante em relação a este acontecimento. Já Elizabeth defendeu que D. Pedro deveria ter uma justificativa para os atos que fez. Aqui essa estudante percebe que não é possível que uma narrativa histórica seja veraz se não forem consideradas as intenções dos sujeitos. A partir deste ponto de vista, suas ideias se aproximam das dos historiadores Robin G. Collingwood (2001), Willian Dray (1969), Raymond Martin e Jörn Rüsen (2001), os quais, cada um a sua maneira, compreendem que a significação e as intencionalidades dadas pelos sujeitos às ações que realizam sejam critérios de verdade fundamentais para sustentar a validade de uma narrativa.

> Na 2ª (versão B). Parece ser feita por uma pessoa muito prática, que não se importa com os detalhes (Maria Joaquina – 15 anos).
>
> (A versão) B, por não apresentar fontes verdadeiras (Helen – 16 anos).

Maria Joaquina e Helen indicaram a importância de fatores ligados à ideias de segunda ordem: a primeira se referiu às intencionalidades dos

autores da versão B, os quais não se importam com os detalhes; a segunda, indicou que problemas com a ideia de evidência são marcantes na versão B, pois, para ela, faltam fontes históricas para sua fundamentação. A esse respeito essas jovens compreenderam que esta narrativa falhou em apresentar as argumentações que sustentam o seu ponto de vista, o que dificultou aceitação e o reconhecimento dos leitores.

Rüsen (2001, p. 86-87) relata que a credibilidade de uma narrativa histórica está sujeita ao reconhecimento dos seus argumentos por parte de seus destinatários. Em outras palavras, a narrativa desenvolvida pela versão B se chocou com os elementos ligados à maneira como a História se organiza em relação à Independência do Brasil formou a identidade desses jovens estudantes. Percebe-se a dificuldade que muitos jovens têm ao lidar com verdades diferentes das da tradição que formou o seu modo de reconhecer historicamente o mundo e os outros.

Conclusões

Uma constatação foi a compreensão por parte destes jovens, corroborando com as conclusões que cheguei na minha dissertação de mestrado (FRONZA, 2007), de que a função estética das narrativas históricas gráficas influencia o pensamento histórico dos jovens estudantes de ensino médio. Neste estudo piloto foi referendado que isto acontece, até mesmo com as concepções sobre verdade e objetividades históricas, pois foi este um dos motivos para que alguns jovens recusassem a versão B. Lembre-se que estas histórias em quadrinhos foi desenhada por um exímio cartunista. Este fato gerou, em alguns estudantes, uma simpatia pela ideia de uma verdade alegre presente na segunda história em quadrinhos, mas também a respectiva antipatia de outros por esta mesma concepção, pois preferem uma verdade séria e pautada na autoridade da tradição.

Como resultado das perguntas referentes à confrontação das histórias em quadrinhos ligadas as versões A e B, constatei que grande parte dos jovens compreenderam as diferenças de ambas a partir de diversificados critérios de objetividade histórica. Desde uma concepção ligada a um passado dado, passando pelas que afirmam que quanto mais fatores melhor e por perspectivas de um lado, baseadas na autoridade da tradição escolar e, de outro, por olhares relativistas da História. Até as pautadas na perspectividade controlada pelas evidências.

Também uma constatação importante é que essas concepções de verdade levaram os jovens a conclusões surpreendentes em relação às narrativas

históricas, apresentadas pelas histórias em quadrinhos. A maioria dos estudantes não consideraram nem como melhor nem como menos confiável nenhuma das duas versões, mas os que o fizeram, apontaram uma visível preferência pela versão A, a história em quadrinhos desenvolvidas pelos quadrinistas André Dinis (roteiro) e Antônio Eder (Ilustrações) denominada *A Independência do Brasil* (2008). Esta obra foi produzida por uma editora que publica materiais paradidáticos e, portanto, este caráter pedagógico está presente na mesma, de modo que os jovens perceberam esta característica didática. Por outro lado, a história em quadrinhos tida por ser a menos confiável foi a versão B produzidas pela historiadora Lília Moritz Schwarcz (roteiro e narrativas históricas) e pelo cartunista Miguel Paiva (ilustrações) chamada *Da Colônia ao império: um Brasil pra inglês ver...* (1995). Também uma obra paradidática, esta história em quadrinhos considera as novas interpretações relativas ao caso histórico da independência do Brasil, buscando representar sujeitos e perspectivas nunca antes tocadas por uma historiografia tradicional sobre o tema. O que espanta é que este artefato, construído por uma historiadora especialista no conteúdo histórico em questão, foi considerado pelos jovens investigados como a menos confiável.

Para compreender esta constatação, levantei a hipótese, a partir de Rüsen (2001) de que esta história em quadrinhos feriu e se chocou com os critérios identitários que os jovens mobilizam ao construir o seu conceito de verdade histórica. Isto porque a maioria dos estudantes que recusaram esta versão apresentou as concepções mais básicas sobre a objetividade histórica, entendendo o passado como dado ou que as narrativas devem sempre falar sobre as mesmas coisas, senão são falsas. Em estudos futuros procurarei desenvolver como o conceito de identidade dialoga com o de objetividade histórica, pois ele é um elemento chave para entender a como pertinência narrativa da objetividade histórica está presente quando os jovens leem histórias em quadrinhos.

THE IDEAS OF OBJECTIVITY AND TRUTH ABOUT THE PAST IN YOUNGSTERS' HISTORICAL THINKING FROM HISTORICAL COMIC BOOKS

ABSTRACT: This paper examined how Brazilian young students from two schools - one public, one private - from high school understand the ideas of objectivity and truth from the comic books. Thus, we addressed the investigations into the historical objectivity of investigations by Peter Lee and Rosalyn Ashby (LEE, and ASHBY, 2000; LEE, 2006) and Isabel Barca (2000) and theoretical considerations of philosophers of history (DRAY, 1969, 1980 WALSH, 1979; BEHAN MCCULLAGH, 1984, 1998, MARTIN, 1989, 1993, RÜSEN, 2001). Using a research instrument it

were used fragments of two historical comic books about Brazil's Independence Day (DINIZ, EDER, 2008, p. 41-45 and PAIVA, SCHWARCZ, 1995, p. 5 - 9) which were brought into confrontation. Therefore, one tried to see if these youngsters use the ideas of historical objectivity when they are in contact with the clash between historical graphic narratives and if this can help to develop objective historical thinking of these individuals.

Key words: History Education, Historical Truth and Objectivity, Historical Comic Books

Referências

Barca, Isabel. *O pensamento histórico dos jovens*: idéias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica. Braga: Universidade do Minho, 2000.

Collingwood, R. G. *A ideia de história*. Lisboa: Editorial Presença, abr. 2001.

Diniz, André; Eder, Antonio. *A Independência do Brasil*. São Paulo: Escala Editorial, 2008, p. 41-45.

Dray, William. *Filosofia da História.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Dray, William. *Perspectives on history.* Londres: Routledge and Paul Kegan, 1980.

Fronza, Marcelo. *O significado das histórias em quadrinhos na Educação Histórica dos jovens que estudam no Ensino Médio.* Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado. 2007.

Fronza, Marcelo. *Os jovens e os significados das ideias de verdade e objetividade históricas.* Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Relatório para a qualificação no Doutorado. 2010. Mimeo.

Hobsbawm, Eric. J. *Era dos extremos:* o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Lee, Peter; Ashby, Rosalyn. Progression in historical understanding among students ages 7-14. In: Stearns, Perter N.; Seixas, Peter; Wineburg, Sam (eds.). *Knowing, teaching and learning History:* national and international perspectives. New York: New York University Press, 2000, p. 199-222.

Lee, Peter. Understanding History. In: SEIXAS, Peter (ed.). *Theorizing historical consciousness.* Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2006, p. 129-164.

Lessard-Hébert, M.; Goyette, G.; Boutin, G. (2005). *Investigação qualitativa:* fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

Martin, Raymond. *The past with us:* an empirical approach to Philosophy of History. Princeton: Princeton University Press, 1989.

Martin, Raymond. Objectivity and meaning in historical studies: toward a post-analytic view. In: *History and Theory:* Studies in the Philosophy of History, Middletown: Wesleyan Univesity, v. 32, n. 1, p. 25-50, 1993.

McCullagh, C. Behan. *Justifying historical descriptions.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

McCullagh, C. Behan. *The truth of History.* London/New York: Routledge, 1998.

Paiva, Miguel; Schwarcz, Lilia Moritz. *Da Colônia ao Império:* um Brasil para inglês ver e latifundiário nenhum botar defeito. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 5-9.

Rüsen, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da "nova intransparência". *Revista História, questões e debates.* Curitiba: Departamento de História/UFPR, Ano 12, n. 20-21, 1997.

Rüsen, Jörn. *A razão histórica:* Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

Walsh, W. H. *Introdução à filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Williams, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.